

Distintos Membros da Comissão das Petições, Senhoras e Senhores!

Muito obrigado por esta oportunidade para me dirigir a vós, discutir a minha candidatura e conhecer melhor as vossas expectativas para este importante lugar. Sou letão, embora o meu sotaque seja suspeitosamente americano. Isto deve-se ao facto de eu ser filho de refugiados e ter ido para a Letónia há mais de 26 anos. Sou um cientista político de formação e um perito em direitos humanos através da experiência no terreno – na sociedade civil, no governo, na vida académica e em várias funções no Conselho da Europa. Sou candidato a este cargo, porque acredito firmemente nos valores da União Europeia e quero fazer as instituições europeias funcionar melhor.

Estou bem preparado para este desafio. Enquanto Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, de 2012 a 2018, trabalhei com todos os intervenientes (governos, parlamentos, sistemas judiciais, provedorias de justiça e sociedade civil), para promover os direitos humanos e a boa governação. Este não é um trabalho que possa ser feito a partir de uma torre de marfim. Visitei alguns dos lugares mais difíceis de toda a Europa. Fui a todos os 47 Estados membros pelo menos uma vez e a 40 pelo menos duas vezes. As questões mais comuns com que lidei foram o impacto da austeridade nos direitos humanos, os direitos dos ciganos, os direitos das crianças, os direitos das pessoas com deficiência, a liberdade da comunicação social, os direitos das pessoas LGBTI, os direitos das mulheres e a migração. Permitam-me que aborde as duas últimas questões de forma um pouco mais detalhada, pois foram as minhas prioridades nestes últimos anos do meu mandato.

Orgulho-me muito do meu trabalho no domínio dos direitos das mulheres e da igualdade de género; creio que todos os candidatos, independentemente do género, deveriam ser questionados sobre o seu trabalho nesta área problemática. Fui o primeiro Comissário a tornar estas questões prioritárias. Publiquei um extenso relatório sobre a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, expondo as normas em matéria de direitos humanos no domínio do acesso a cuidados seguros para a interrupção voluntária da gravidez, do acesso à contraceção e do acesso à educação sexual. Levantei estas questões, em visitas aos países, relatórios e cartas, em todos os países que têm a legislação mais restritiva. Fui defensor da ratificação e aplicação da Convenção de Istambul para o combate à violência doméstica. Desenvolvi também muito trabalho no domínio da participação política e da discriminação das mulheres em todas as esferas da vida, incluindo a disparidade salarial entre homens e mulheres. O Provedor de Justiça pode ajudar a garantir que todas as instituições da UE tenham um ambiente isento de assédio e de discriminação.

No que diz respeito à migração, tenho abundante experiência a nível nacional e europeu, uma vez que a crise da política de migração de 2015 e 2016 eclodiu a meio do meu mandato. Esta questão estará cada vez mais na agenda do Provedor de Justiça, à medida que a FRONTEX e o EASO assumem cada vez mais funções dos governos nacionais. Esta tendência implica uma série de riscos em matéria de direitos fundamentais, uma vez que a responsabilidade será então da UE, se houver casos de repulsão, se as decisões de asilo contiverem erros, se os regressos não forem efetuados em conformidade com as normas em matéria de direitos fundamentais e se a aplicação dos acordos de controlo da migração com países terceiros colidir com os direitos fundamentais.

Antes de ser Comissário, adquiri experiência a nível europeu na qualidade de perito da Letónia na Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (CERI). pós cinco anos como perito, em 2010, os meus 46 colegas elegeram-me presidente deste organismo, cujo trabalho de combate à discriminação e aos crimes de ódio na Europa tive a honra de dirigir durante vários anos.

Tenho um bom conhecimento das instituições europeias. Intervim no plenário do Parlamento Europeu, na Comissão LIBE, na Comissão AFET, bem como em vários grupos de trabalho do Conselho. Colaborei igualmente com a Comissão, as agências da UE e o Provedor de Justiça. Na Letónia, estive envolvido no processo de adesão à UE, pois integrei o governo como ministro antes e durante a adesão.

Tenho abundante experiência de cooperação com os Provedores de Justiça nacionais e procurei apoiá-los e ampliar as suas mensagens, quando fui Comissário. Na Letónia, aconselhei o governo sobre a criação da instituição do Provedor de Justiça.

Tenho boas competências de gestão e interpessoais. O gabinete do Comissário foi votado o melhor lugar para trabalhar no Conselho da Europa nos inquéritos ao pessoal, durante o meu mandato. Ao longo da minha carreira, demonstrei independência, integridade, responsabilidade e coragem. Fiz igualmente questão de, em todas as funções, tornar prioritário o trabalho de comunicação. Como Provedor de Justiça, promoverei a formação do pessoal, para que todos os membros da equipa possam comunicar e fazer trabalho de proximidade de forma profissional.

A minha visão para o Provedor de Justiça consiste em prosseguir a intensa cooperação com a Comissão das Petições e com outros deputados do Parlamento Europeu, para tornar as instituições europeias mais transparentes, responsáveis, mais compreensíveis para os cidadãos e mais sensíveis às suas preocupações. O acesso à informação e à documentação continuará a ser o cerne do trabalho. As questões relativas às alterações climáticas e ao ambiente serão um domínio em que o trabalho relacionado com a atualidade se tornará mais importante. Aqui, o Provedor de Justiça pode ajudar a responder a uma exigência crescente de acesso à informação e de participação dos cidadãos na tomada de decisões.

Tornarei prioritário o trabalho relativo às queixas e tenciono ser mais pró-ativo nas relações com os provedores de justiça nacionais e reforçar a componente dos direitos fundamentais no trabalho do Provedor de Justiça. Já mencionei a migração como uma questão em que existem riscos em matéria de direitos fundamentais. Mencionarei também aqui a utilização da inteligência artificial pelas instituições da UE no recrutamento, na contratação, no financiamento, bem como no controlo das fronteiras e na justiça. Os riscos em matéria de direitos fundamentais neste campo – para a não discriminação, para a proteção de dados – deverão ser monitorizados, examinados e atenuados através de medidas oportunas.

Tenciono prosseguir o trabalho de promoção das boas práticas administrativas e desejo cooperar com a Agência dos Direitos Fundamentais, para aprofundar a compreensão e aumentar o conhecimento da boa administração enquanto direito fundamental. Por último, considerarei prioritário que a instituição do Provedor de Justiça seja mais conhecida e utilizada na Europa, através de um trabalho sistemático de promoção nos Estados-Membros e do intercâmbio com os provedores de justiça nacionais, os deputados do Parlamento Europeu, os gabinetes de ligação do Parlamento Europeu, as representações da Comissão e outros intervenientes.

Mais informações sobre mim e o meu trabalho estão disponíveis no meu sítio na Internet www.muiznieks.eu, não só em inglês e francês, mas também em alemão, espanhol e italiano. Obrigado pela vossa atenção e pelas perguntas que desejarem fazer-me.